

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 05 2022	15h	SESSÃO ORDINÁRIA	64

PARECER CEOF

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, **parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 2.539/2022, de autoria do Poder Executivo,** que “Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 504.897.965,00”.

Sr. Presidente, houve uma apresentação de uma emenda de plenário. Eu queria ter conhecimento da emenda, por favor. Trata-se desse projeto de crédito que é bastante criticado, que é o projeto dos transportes, do repasse de 504.897.965. Há uma certa maldade...

Sr. Presidente, foi apresentada uma emenda de plenário. Eu queria fazer uma explicação. Esse projeto, provavelmente, os Deputados... Há os Deputados da base que vêm aqui e que, provavelmente, vão sair como tendo votado a favor, vão ser criticados, e outros Deputados da base que não estão em plenário e que não vão aparecer, mas há alguma coisa que é necessário se falar. É um pouco de maldade do governo, porque o governo manda uma proposta orçamentária para pagamento das tarifas das empresas e só manda até o mês de maio, ou seja, que o dinheiro só dá até maio. Depois, fica fazendo complemento em projeto de crédito.

Toda vez que vem um projeto de crédito desse para a Casa, pelo mal atendimento que realmente as empresas de ônibus fazem, os Deputados findam sendo criticados pela imprensa, mas, na realidade, do ponto de vista legal, do ponto de vista da legislação em si, não há como se rejeitar o projeto de crédito, tecnicamente falando.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 05 2022	15h	SESSÃO ORDINÁRIA	65

Assim, no âmbito desta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, opinamos pela aprovação, na forma do projeto original mandado pelo Governo do Distrito Federal, rejeitando a emenda do ponto de vista técnico, porque o Deputado Chico Vigilante fez uma emenda para criar um centro de controle, mas só que como é custeio e o centro de controle é equipamento, eu não posso acatar a emenda.

Portanto, o parecer da CEOF é nesse sentido, Presidente, é aprovar o projeto na forma original do PL encaminhado pelo Governo do Distrito Federal a esta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Em discussão. (Pausa.)

Abro as inscrições para discutir. Só falo que, quando peço para abrir a inscrição, os Deputados apertem o botão vermelhinho na frente, porque aí há a ordem aqui da inscrição. A ordem da inscrição para a discussão está Deputado Prof. Reginaldo Veras; segundo, Deputado Fábio Felix; terceiro, Deputado Chico Vigilante; quarto, Deputado Leandro Grass.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PV. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, no ano de 2021, o Governo do Distrito Federal encaminhou para esta Casa quatro ou cinco pedidos de créditos suplementares para bancar o que ele chamava de “equilíbrio financeiro do sistema”, ou seja, para bancar as empresas de ônibus, que prestam, eu disse várias vezes aqui, um serviço porcaria.

Eu posso falar. Eu ando de ônibus. Naquele ano, totalizou quase R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais). Eu não sei o que é um bilhão de reais. Não sei.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 05 2022	15h	SESSÃO ORDINÁRIA	66

É um montante que é fora da minha realidade de trabalhador, mas eu sei que um bilhão de reais é muita grana para um serviço péssimo que é prestado. São ônibus lotados, ônibus que quebram, ônibus sujos. Eu estava vindo para cá, para a Câmara, um dia de ônibus, estava chovendo. Estava chovendo mais dentro do ônibus do que fora! Eu fiz questão de registrar em vídeo. Eu estava lá.

Então, é muita cara de pau umas empresas que prestam um serviço ruim ainda quererem mais grana. No ano passado, foi um bilhão e agora, de uma lapada só, o governo pede meio bilhão. E podem esperar! Ele vai vir aqui pedir mais dinheiro depois da eleição, porque ele não vai ter coragem de mandar projeto para cá antes da eleição sabendo que esse projeto tem forte rejeição popular. Eu votei contra todas as vezes, no ano passado. Entre outras variáveis, como disse o próprio mestre

s/ Stein

Stein

REVISÃO: PHILIPPE

Entre outras variáveis, como disse o próprio mestre em Economia, Deputado Agaciel Maia, porque o governo é incompetente, não se planeja, manda para cá uma previsão orçamentária miúda e restrita, para depois vir pedir crédito suplementar.

Eu, Reginaldo Veras, votei contrariamente todas as vezes no ano passado. Votarei contrariamente hoje e votarei contrariamente todas as vezes em que chegar aqui pedido de crédito. Eu me recuso a tirar dinheiro do bolso do trabalhador para bancar rico, dono de empresa de ônibus. Só de apresentarem este projeto aqui já é uma vergonha.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 05 2022	15h	SESSÃO ORDINÁRIA	67

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos votando aqui uma matéria importante. A sociedade do Distrito Federal está olhando, neste momento, para a Câmara Legislativa do Distrito Federal. Por quê?

Em dezembro do ano passado, nós nos reunimos neste plenário para votar o Orçamento de 2022. O Governador do Distrito Federal e o então Secretário de Economia sabiam o custo do transporte para 2022. Eles já sabiam! Eles poderiam ter feito a previsão correta para o transporte público e agora mandam para esta Casa... Nós estamos ainda no mês 5 e mandaram, para cá, já nos meses 3 e 4, um crédito de meio bilhão para as empresas de transporte público da cidade.

Só que a conta não fecha para a forma como o nosso transporte funciona. É um transporte de péssima qualidade. É um transporte superlotado e é um negócio fácil, ganha-ganha! Se presta o serviço, ganha! Se não presta o serviço, como foi no caso de 2020 e em parte de 2021, com o distanciamento social, também ganha! Quem não ganha é a população do DF porque não fazem licitação, porque não há transparência e porque a planilha de lucro dessas empresas milionárias é uma caixa-preta! É uma vergonha votarmos um projeto como esse na Câmara Legislativa do Distrito Federal. A primeira coisa, como legisladores, seria esta Casa exigir uma planilha. Temos de entender essas contas. Não dá para votarmos um projeto como

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 05 2022	15h	SESSÃO ORDINÁRIA	68

esse com naturalidade. Precisamos respeitar a população trabalhadora, que tem pavor, tem horror ao transporte público desta cidade!

Então, Sr. Presidente, eu votarei “não” a meio bilhão para as empresas de transporte público desta cidade, que já são milionárias. Não contem com o nosso voto! Nós não vamos passar pano, nesta Casa, para um serviço de transporte de péssima qualidade. É preciso visibilidade para os problemas do transporte público no DF. Quem anda de ônibus, nesta cidade, sabe que o problema é gravíssimo. As pessoas estão sofrendo no transporte público. As pessoas sofrem as mazelas do transporte público, que não funciona e sofrem porque os ônibus são velhos. Sabem o que essas empresas fazem? *Lobby*, todo ano, para adiar a troca da frota. Todo ano, há lobby para adiar a troca da frota. Temos uma frota de péssima qualidade. Os horários não são cumpridos. O transporte é caro. E sabem o que o governo faz? Manda dinheiro e mais dinheiro para essas empresas prestarem um dos piores serviços do Brasil!

Eu voto “não”!

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, as pessoas estão falando aqui, Deputada Arlete Sampaio, de 504 milhões. Não são 504 milhões! O que está sendo passado, a título de tarifa técnica e outras coisas, ao longo do ano de 2022, é um bilhão e 183 milhões! Esses 504 milhões, Deputado Agaciel Maia, vêm se somar ao que já estava no Orçamento e que dá, ao todo, um bilhão e 180 milhões de reais.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 05 2022	15h	SESSÃO ORDINÁRIA	69

Se a gente tivesse um transporte decente, com ônibus novos, confortáveis.

Célia Franca

CÉLIA FRANCA

REVISÃO: PHILIPPE

Se a gente tivesse um transporte decente, com ônibus novos, confortáveis, cumprindo o horário, ninguém estaria reclamando. O problema, Deputado Fernando Fernandes, é que está sendo passado para uma frota velha, inclusive a da São José, que está caindo aos pedaços. Todos os dias em que eu ando pelas ruas, Deputado Delmasso, eu vejo ônibus da São José quebrado. Eles não queriam renovar a frota! Foi fruto do trabalho feito aqui por esta Câmara Legislativa, porque eles tiveram que apresentar os contratos que estão aqui assinados para renovação da frota. Se não fosse o nosso trabalho, o meu e o de V.Exa., Deputado Rafael Pudente, e de outros Deputados, essa frota não seria trocada. Estão aqui os contratos assinados e a frota será trocada até agosto. Se não cumprirem, vamos pedir a caducidade dos contratos. À medida em que caduca, tem que entrar outra empresa e tirar a picareta que não está cumprindo o contrato.

Há uma situação grave que é a seguinte: as empresas sequestram os trabalhadores, Deputado Rafael Prudente! Quando não é aprovado aqui o recurso, Deputada Arlete Sampaio, os rodoviários dizem que vão parar para receberem o salário. Eles estão certos em parar para receberem o salário. Mas isso é sequestro por parte das empresas que usam o trabalhador para pressionar o Legislativo. Está errado!

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 05 2022	15h	SESSÃO ORDINÁRIA	70

Eles teriam que cumprir os contratos de trabalho e pagarem, religiosamente, os trabalhadores.

Eu apresentei uma emenda aqui, o Deputado Agaciel Maia não poder acatar, ele disse que, tecnicamente, não é viável. Eu acho que é viável. Peço mais um minuto ao Presidente e também o apoio desta Casa.

O que eu estou dizendo, Deputada Jaqueline Silva? Tem que ser implementada uma coisa que está no contrato. Para deixar de ser uma caixa preta, Deputada Arlete Sampaio, tem que se ter o Centro de Controle Integrado, gerenciado pelo governo. Aí vamos saber de cada centavo que entra, de cada passageiro, onde o ônibus está e por que ele atrasou, para poder se cumprir as multas. Lá em Goiânia se tem isso e aqui no Distrito Federal está no contrato, mas eles não cumprem! Eu apresentei uma emenda de 70 milhões para que fosse instalado um centro de controle automático e integrado.

Espero que o Governo do Distrito Federal cumpra o que está no contrato e instale, imediatamente, o Centro de Controle Integrado para acabar com essa picaretagem de dinheiro público.

Obrigado, Presidente. (Manifestação na galeria.)

(Assume a Presidência o Deputado Rafael Prudente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Leandro Grass.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 05 2022	15h	SESSÃO ORDINÁRIA	71

DEPUTADO LEANDRO GRASS (PV. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu creio que esse projeto merece ser discutido em todas as comissões, durante a votação e ainda merece declaração de voto, porque isso aqui é um escárnio.

Meus colegas que me antecederam já trouxeram pontos importantes. A gente está no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. O Deputado Agaciel Maia sabe do nosso respeito e S.Exa. argumentou muito bem do ponto de vista técnico, mas quero trazer uma informação que é a resposta de um requerimento que encaminhamos para a Secretaria de Transporte e Mobilidade Urbana.

Todo mundo sabe que, em 2019, o Governador Ibaneis extinguiu o DFTrans e criou um outro sistema de bilhetagem que existe dentro do BRB – Banco de Brasília. O BRB avalia quantos cartões foram passados nos ônibus, faz o extrato desses cartões e diz, de certa forma, atesta a informação do que deve ou não ser repassado. E aí, uma das perguntas que a gente fez foi: quem fiscaliza o BRB? Quem fiscaliza para saber se aquilo que o BRB está informando nos extratos do sistema de bilhetagem condiz com a realidade?

Eu vou ler a resposta para vocês que diz o seguinte: ninguém fiscaliza o BRB! É isso. O governo está querendo que a gente aprove, neste plenário, mais de meio bilhão de reais a mais – como o Deputado Chico Vigilante lembrou – para as empresas de ônibus, mas ninguém tem certeza se esse dinheiro tem que ser repassado. Ninguém provou que esse dinheiro tem que ser repassado. Ninguém mostrou as planilhas para dizer que esse dinheiro tem que ser repassado. Ninguém apresentou os dados que comprovam.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 05 2022	15h	SESSÃO ORDINÁRIA	72

S/Jacqueline S/Revisão: Ive.

JACQUELINE/IVETE

Ninguém mostrou as planilhas para dizer que esse dinheiro tem que ser repassado. Ninguém apresentou os dados que comprovam a necessidade e a legalidade – a legalidade! – desse repasse milionário! É meio bilhão de reais.

Portanto, é isso que vai ser feito neste plenário agora? Vai ser dado um cheque em branco? “Toma aí! Estou te passando meio bilhão, mas não quero saber se te devo esse valor, não. Estou te passando aí. Estou lhe pagando por uma coisa que você não precisa me provar que está me dando. Estou pagando um negócio, na confiança – ou outra coisa – em relação ao que você está me informando”. É isso!

É meio bilhão de reais a mais, sem comprovação! Sem lisura! Sem auditoria! Sem transparência! É isso que está sendo feito. É isso. Nada mais, nada menos. Se o sistema estivesse funcionando, se tivéssemos a verificação dos dados e o atestado de que esses recursos realmente devem ser repassados para as empresas, com certeza não estaria acontecendo este debate.

Mas pegaram a transparência e a jogaram na lata do lixo! É assim o transporte: um lixo! É um transporte de lixo, que acha que transporta lixo, mas transporta gente! Trata gente como lixo! Esse é o sistema de transporte que, se aprovado este projeto, vai receber mais meio bilhão de reais do povo, dos pobres, dos trabalhadores!

(O Presidente faz soar a campainha.)

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 05 2022	15h	SESSÃO ORDINÁRIA	73

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Vocês da galeria tenham calma porque nós temos que discutir o assunto, que é importante.

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios já tinha encaminhado uma decisão para que o governo não edite novos atos administrativos que impliquem em aumento de tarifas técnicas nos contratos de transporte coletivo aqui no Distrito Federal.

Depois, o mesmo Ministério Público determinou que várias empresas – não vou citá-las para não gastar tempo – devolvam todos os valores líquidos que receberam a título de auxílio emergencial aos cofres públicos.

Então, essas duas ações em si demonstram que estamos diante de uma verdadeira caixa-preta do transporte coletivo do Distrito Federal.

Se achamos que aquilo que foi votado no passado já constituiu um absurdo, eu digo: com a aprovação deste projeto, em 2022 – até agora, sem contar os próximos envios que virão – já teremos votado 108 milhões e 100 mil a mais do que em 2021.

Então, realmente, é inaceitável votarmos a favor desse projeto de lei, nesta Casa, hoje, sabendo, inclusive, que virão outros tantos que vão elevar ainda mais o recebimento, por parte das empresas públicas, de dinheiro público!

Então, aquela promessa que aqui foi feita a todos nós, de que haveria nova licitação do transporte coletivo no Distrito Federal, não aconteceu. Existe uma conivência do governo com as empresas atuais. Nós aqui nos esforçamos, muitas

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 05 2022	15h	SESSÃO ORDINÁRIA	74

vezes, – em particular, o Deputado Chico Vigilante – para evitar justamente essa sangria e para evitar que o povo do Distrito Federal use um transporte tão ruim como é o daqui.

Então, evidentemente, nós não temos condições de votar favoravelmente a este projeto.

Era o que eu queria dizer.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Peço aos Relatores do projeto de lei do Desenvolve-DF - da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – que, quando estiverem prontos os pareceres – muitas emendas foram apresentadas, em especial de ontem para hoje – façam-me um sinal. Vamos definir o horário de votação aqui no plenário.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Júlia Lucy.

s/analisa e Ive

ANA LUISA/IVE

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra à Deputada Júlia Lucy.

DEPUTADA JÚLIA LUCY (UNIÃO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todos.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 05 2022	15h	SESSÃO ORDINÁRIA	75

Sr. Presidente, eu também iria pedir exatamente isto: que a gente colocasse o próximo projeto, o nº 258, em pauta. Mas, neste momento, como a Deputada Arlete Sampaio falou, é importante a gente discutir o que está acontecendo aqui.

A diferença do que está acontecendo aqui no ano de 2022 em relação ao que foi feito no ano de 2021 é que, ano passado, o governo encaminhou quatro projetos de suplementação na média de 100 milhões de reais cada. É óbvio que a cada suplementação solicitada pelo governo, ele apanhou muito na imprensa. Então, este ano, o governo foi mais esperto e encaminhou um único projeto de mais ou menos meio bilhão de reais. Agora, comparando com o que foi gasto ano passado, a gente está falando do mesmo valor. Então, não está havendo aumento do ano de 2021 para o ano de 2022.

Quero destacar aqui que existe, no âmbito de uma ação civil pública, uma determinação do Ministério Público de não permitir o aumento da tarifa técnica cobrada pelas empresas. Então, realmente, agora o governo fica com uma equação complicada. Mas a gente precisa entender que já existe uma determinação do Tribunal de Contas do Distrito Federal para que o DF realize uma nova licitação. É somente uma nova licitação que vai permitir, por exemplo, que os ônibus que hoje consomem diesel possam ser substituídos por ônibus que consumam energia solar e energia elétrica. Porque um ônibus com uma nova fonte de energia teria um custo de operação muito inferior, e esse custo de operação inferior repercutiria em passagens menores caso, obviamente, não estivéssemos falando de um monopólio. Hoje o que acontece é que as regiões aqui do DF foram distribuídas em praças, e a empresa ganha na praça. Uma

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 05 2022	15h	SESSÃO ORDINÁRIA	76

vez que ela ganha na praça, ela opera sozinha e, obviamente, todo monopólio dá ruim porque as empresas precisam competir entre si. A gente precisa ter opção. Hoje o passageiro no DF não tem opção. Ele não tem, por exemplo, a opção de andar com a bicicleta dele até um trecho, até uma parada, para depois voltar para casa. Ele não consegue isso. Ele não consegue pôr a bicicleta dele dentro do ônibus porque é um sistema que não é integrado.

Então, para resolver esse problema – eu já anuncio aqui que, embora não esteja havendo um aumento do ano passado para cá, mas como eu critiquei o ano passado, nós não temos comprovação da necessidade de aumento, de suplementação –, eu vou votar contra. O problema somente será resolvido com uma nova licitação. E é por isso que nós temos que brigar para que o próximo governo se esforce. Assim como o próximo governo também precisa se esforçar no duelo com o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional porque o Instituto do Patrimônio Histórico aqui de Brasília não permite...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

DEPUTADA JÚLIA LUCY – Para concluir, Presidente.

Obrigada.

Não permite o VLT, que é o veículo leve sobre trilhos, porque entende que, na W3, você não pode ter fiação. Então, ou a gente realmente entra numa disputa, digamos assim, com o Iphan e mostra que a cidade tem que servir aos vivos e não aos mortos ou os vivos continuarão pagando uma conta muito alta. E, claro, se a gente tivesse uma diversidade de receita como o uso de publicidade nos ônibus, o custo da

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 05 2022	15h	SESSÃO ORDINÁRIA	77

operação ficaria muito menor. Poderíamos, inclusive, pensar em um passe livre generalizado aqui no DF. Agora tem que ter coragem, tem que ter vontade.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – O último inscrito é o Deputado Delmasso.

Em seguida, passo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO DELMASSO (REPUBLICANOS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos votando um crédito de mais de meio bilhão de reais para suplementar o valor que foi aprovado, ano passado, na Lei Orçamentária Anual deste ano para o pagamento do transporte público no Distrito Federal. Lembrando que esse valor serve para pagar as gratuidades e a tarifa técnica. Vamos deixar claro: esse valor que está sendo aprovado hoje serve para pagar as gratuidades que são o passe livre estudantil, as gratuidades das pessoas com deficiência

s/Romildo e Tati

TAQ.: ROMILDO

REVISÃO: TATIANA

as gratuidades das pessoas com deficiência e a tarifa técnica.

Eu concordo. Eu acho que nenhum Deputado que está aqui vai defender a qualidade do transporte público do DF, porque quem anda de ônibus sabe que a qualidade é ruim. Por que é ruim? Porque o nosso índice de passageiro por quilômetro é o mais baixo do Brasil, pois o modelo no qual foram feitos os contratos não levou

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 05 2022	15h	SESSÃO ORDINÁRIA	78

em consideração que o Distrito Federal é uma unidade híbrida, que é estado e município ao mesmo tempo. Ora, se nós fôssemos, por exemplo, como o Estado de São Paulo, onde há o trajeto do município de São Paulo para o município de São Caetano, a tarifa seria bem mais cara, porque seria considerado um transporte intermunicipal.

Eu concordo com o que o Deputado Chico Vigilante falou sobre a necessidade de as empresas renovarem a frota. E ainda mais, Deputado Chico Vigilante: na minha visão, elas precisam fazer a renovação da frota optando por ônibus que utilizem combustíveis renováveis, para acabar com essa dependência dos combustíveis fósseis, como o *diesel*. Por que não utilizar carros elétricos, tendo em vista que nós aprovamos, nesta Casa, a isenção de IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores para carro elétrico? Por que não colocarmos ônibus elétricos em toda a cidade? Isso vai baratear o custo, e eu concordo plenamente.

Se nós tirarmos, Deputado Eduardo Pedrosa, a obrigação contratual feita pelo Estado, e, na época...

Aqui eu quero parabenizar o Governo Agnelo Queiroz, que teve a coragem de enfrentar o cartel dos transportes e fazer uma licitação do transporte coletivo do Distrito Federal, porque, na época, era contrato emergencial em cima de contrato emergencial. O Governo Agnelo teve coragem, peitou, enfrentou a Justiça, enfrentou o cartel e fez uma licitação.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 05 2022	15h	SESSÃO ORDINÁRIA	79

O contrato é ruim? Claro que é, mas não podemos deixar de registrar a coragem do ex-Governador Agnelo, que estava à frente do governo na época, por ter feito isso.

É ruim o contrato? É. Por que é ruim? Por que o gestor foi incompetente? Não. Porque não se previram, por exemplo, investimentos, Deputado Fábio Felix, no transporte de massa.

Quando nós falamos de VLT – Veículo Leve sobre Trilhos, desculpem-me, quero dizer que, hoje, existe uma tecnologia que é um terço mais barata – o monotrilho – e que não precisa de autorização do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. É só você fazer a instalação.

Então, eu quero aqui falar que é necessário se votar favoravelmente a esse crédito por uma coisa: para que o governo consiga cumprir o seu contrato. Ponto.

O contrato é ruim? É. É draconiano? É, mas é o que há. Agora, a gestão precisa, sim, fazer a reformulação do contrato, mas não é só reformular o contrato. É necessário, Deputada Arlete Sampaio – V.Exa. que, na época, era a Líder do Governo –, tirar o Plano Diretor de Transporte Urbano – PDTU do papel e colocá-lo em prática.

Vamos fazer uma discussão do transporte público de forma ampla e não de forma míope. Se existe o contrato e ele diz que a gratuidade, os subsídios e a tarifa técnica quem paga é o governo, desculpem-me, nós precisamos, no mínimo, fazer a nossa parte.

Agora, a discussão do transporte público, Deputado Hermeto, passa por tirar o PDTU do papel, por fazer ligações de transporte de massa aqui no Distrito Federal...

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 05 2022	15h	SESSÃO ORDINÁRIA	80

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Para concluir, Deputado Delmasso, para procedermos à votação.

DEPUTADO DELMASSO – E refazermos essa licitação.

Então, eu queria pedir aos Deputados e às Deputadas...

Ah, muitas pessoas perguntam: “Por que o governo não colocou isso dentro da Lei Orçamentária Anual?” Muito simples: o crédito que foi apresentado é um crédito de excesso de arrecadação. Existia uma previsão de arrecadação, e o governo teve um excesso na sua arrecadação. É simples: o aumento do combustível deu excesso de arrecadação, tendo em vista que o governo arrecadou mais com o ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações. Com isso, fez-se o remanejamento necessário.

Então, é necessário que se vote a matéria para que se cumpra o contrato, que, infelizmente, é ruim, mas é o que temos.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. Em seguida, procederemos à votação.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) –

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 05 2022	15h	SESSÃO ORDINÁRIA	81

s/Célia Arcênio

Taquigrafia: Célia Arcenio

Revisão: Tatiana (R07)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu peço a atenção dos Deputados e Deputadas – inclusive já tenho o apoio do Deputado Delmasso. A minha emenda vai no seguinte sentido:

[SUPERVISÃO, O TEXTO A SEGUIR ESTÁ DE ACORDO COM A EMENDA, DISPONÍVEL NO SITE DA CLDF]

“Acrescente ao Art. 1º do Projeto de Lei nº 2.539/2022, o parágrafo único com a seguinte redação:

Art. 1º ...

Parágrafo único. Do crédito suplementar de que trata o *caput* do artigo, R\$70.000.000,00 serão destinados para a instalação do Centro Integrado de Controle do Sistema Público de Transporte Coletivo.”

Essa emenda é meritória, porque, enquanto não houver o centro integrado, a gente vai ficar botando dinheiro sem saber para onde está indo. Se houvesse o centro integrado, poderia ser mais ou menos recurso. Mas tem que haver o centro integrado. Inclusive, em Goiânia já há.

Portanto, eu peço o apoio dos Deputados e Deputadas para que a gente possa...

Estou pedindo destaque da emenda e peço apoio para que a gente possa aprovar essa emenda a fim de que o governo implemente, através da Secretaria de

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 05 2022	15h	SESSÃO ORDINÁRIA	82

Transporte e Mobilidade, o centro de gestão integrada do transporte público no Distrito Federal.

Peço, inclusive, o apoio do Deputado Hermeto, que é o Líder do Governo e sei que é um homem justo e gosta das coisas com transparência.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – V.Exa. destacou a emenda, Deputado Chico Vigilante?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Estou pedindo o destaque.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Ok.

Continua em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados. Houve 6 votos contrários: do Deputado Prof. Reginaldo Veras, do Deputado Leandro Grass, do Deputado Chico Vigilante, da Deputada Arlete Sampaio, do Deputado Fábio Felix, e da Deputada Júlia Lucy.

Em discussão o Projeto de Lei nº 2.539/2022, em primeiro turno, ressalvado o destaque.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho bom ficar claro para as pessoas que estão assistindo